ATA Nº 5 MANDATO 2025/2029

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PAMPILHOSA

----- Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas, reuniu na sede da Junta de Freguesia de Pampilhosa, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Pampilhosa, sob a presidência de Jorge Valentim, coadjuvado por João Pedro Marques, no lugar de primeiro secretário, e por Rosalina Nogueira, que toma o lugar de segunda secretária. ----------

----- Além dos elementos da mesa, marcaram presença os seguintes elementos: do PS, Vítor Hugo Antunes e Tiago Sousa Estrafalhote e pelo Mais e Melhor Movimento Independente, Mário José Gaspar, José Manuel Figueiredo, Emiliana Palmela, Rodolfo Valentim. ----------

----- A Assembleia de Freguesia teve a seguinte ordem de trabalhos: **período destinado à intervenção do público**; **período antes da ordem do dia e período da ordem do dia**: **ponto um** - Votação para aprovação da ata da sessão anterior; **ponto dois** – Apreciação da informação da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e respetiva situação financeira referente ao período de um de 1 de abril a 31 de maio. ----------

----- Antes de se iniciarem os trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para dar nota à Assembleia que recebeu um requerimento enviado pela Srª Presidente Andreia Morgado a solicitar a introdução de um ponto para a ordem de trabalhos - Análise e Votação da Proposta de Transferência de Recursos para a Freguesia para o ano 2027. Esta pretensão foi colocada a votação e foi aprovada por unanimidade. Assim, a ordem de trabalhos passou a ter mais um ponto: **ponto três** – Análise e Votação da Proposta de Transferência de Recursos para a Freguesia para o ano 2027. ----------

----- **Período destinado à intervenção do público** – O cidadão Mário Rui Cunha tomou a palavra e solicitou que a sua intervenção fosse transcrita: ----------

"Boa tarde a todos!

Na pessoa do Exmº Senhor Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes e todos os que nos acompanham à distância.

Prosseguindo na atitude de cidadania ativa e de acompanhamento atento da ação da vida autárquica local, considero justo destacar o desempenho da Senhora Presidente da Junta ao longo destes primeiros meses de mandato.

Tem sido evidente o seu dinamismo, dedicação e permanente disponibilidade na condução dos assuntos da autarquia, demonstrando proximidade com a população, capacidade de trabalho e abertura ao diálogo. Merece igualmente reconhecimento a forma de comunicação, capacidade de ouvir as pessoas, acolher sugestões e incentivar uma participação ativa dos cidadãos na vida da comunidade.

Embora persistam desafios significativos para o futuro, importa reconhecer o trabalho realizado até ao momento e o compromisso demonstrado na prossecução do interesse público, em benefício da população e do desenvolvimento sustentado da nossa Freguesia.

A questão que gostaria de deixar nota, tem a ver com o ***Jardim Municipal Carlos Cabral,*** *cruzando com o tema em debate, a* ***transferência de recursos para a Freguesia****.*

Considerando a importância da infância, enquanto garantia do futuro, e da população sénior, pelo valioso contributo prestado à sociedade ao longo da vida, importa reconhecer que todo o investimento dirigido a estas gerações constitui um investimento no bem-estar, na dignidade e no desenvolvimento sustentável da nossa comunidade.

Neste contexto, o ***Jardim Municipal Carlos Cabral*** *assume-se como um espaço privilegiado de encontro, convívio e lazer, promovendo o contacto com a natureza, a prática de atividade física e a fruição de momentos recreativos ao ar livre, fatores essenciais para a qualidade de vida e para o reforço da coesão social.*

Todavia, uma análise às condições atualmente existentes, em particular, no ***Parque Infantil*** *ali instalado permite identificar um conjunto de limitações relevantes ao nível da segurança, funcionalidade, acessibilidade e infraestruturas de apoio, suscitando* ***legítimas reservas quanto à plena conformidade do espaço com os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 203/2015 e nas normas europeias EN 1176 aplicáveis aos espaços de recreio infantil.***

As principais insuficiências observadas podem agrupar-se em três áreas fundamentais:

1. Segurança Perimetral

A delimitação do parque através de uma corda flexível não constitui uma barreira eficaz para a contenção das crianças nem para impedir a entrada de animais ou outros

elementos potencialmente perigosos. Para além da reduzida eficácia funcional, esta solução poderá representar riscos acrescidos, sobretudo para crianças de menor idade.

Situação semelhante verifica-se no ***Parque Infantil*** *da Fonte do Rio Canedo, onde a vedação física existente foi substituída por uma solução significativamente menos robusta e ilegal (igualmente com cordas), representando um retrocesso relativamente às condições anteriormente disponibilizadas aos utilizadores.*

2. Insuficiência e Adequação dos Equipamentos

Os equipamentos atualmente existentes — uma pequena estrutura lúdica com escorrega, um balancé de mola e um conjunto de baloiços — revelam-se limitados em número, diversidade e adequação à faixa etária indicada para utilização (3 aos 12 anos).

No caso das crianças mais pequenas, entre os 3 e os 5 anos, verifica-se a ausência de assentos de segurança do tipo "berço" nos baloiços, reduzindo os níveis de proteção desejáveis para esta faixa etária.

Por outro lado, para crianças entre os 6 e os 12 anos, os equipamentos disponíveis apresentam reduzida dimensão e escasso grau de desafio motor e recreativo, podendo limitar o interesse e a utilização adequada do espaço.

3. Acessibilidade e Infraestruturas de Apoio

O parque encontra-se inserido num contexto que evidencia diversas limitações ao nível da acessibilidade e das condições de apoio aos utilizadores.

Os acessos realizam-se exclusivamente através de superfície relvada, a qual se torna frequentemente lamacenta em períodos de precipitação, dificultando a circulação de pessoas, crianças, carrinhos de bebé, cadeiras de rodas e pessoas com mobilidade condicionada.

Acresce que a distância relativamente às instalações sanitárias e às zonas de estacionamento reduz a comodidade dos utilizadores e poderá dificultar uma resposta célere em situações de necessidade ou emergência.

A inexistência de iluminação pública adequada condiciona a utilização segura do espaço em períodos de menor luminosidade e potencia situações de degradação ou vandalismo.

A placa informativa obrigatória (também referida como painel ou ficha de sinalização) que deve ser obrigatoriamente afixada à entrada do ***Parque Infantil****, encontra-se a uma distância superior a 50 metros da entrada do parque.*

Verifica-se ainda a ausência de zonas de sombra e abrigo nas proximidades, deixando os utilizadores particularmente expostos às condições meteorológicas adversas.

Conclusão

Face às limitações identificadas ao nível da segurança, adequação dos equipamentos, acessibilidade e infraestruturas de apoio, considera-se essencial a adoção de medidas corretivas que assegurem o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis aos espaços de recreio infantil, garantindo condições adequadas de utilização, proteção e bem-estar para todas as crianças e respetivos acompanhantes.

A manutenção do espaço nas atuais condições poderá suscitar questões relacionadas com o cumprimento das obrigações de conservação, monitorização e segurança legalmente exigidas às entidades responsáveis pela sua gestão.

Atendendo às limitações estruturais e funcionais identificadas, entende-se igualmente como solução indispensável e premente, a criação do tão propalado - ***Novo Parque Infantil*** *-, a conceber de acordo com as exigências legais em vigor e com as melhores práticas em matéria de segurança, acessibilidade e inclusão. Um investimento desta natureza permitirá disponibilizar às crianças e às famílias um espaço moderno, seguro e adaptado às diferentes faixas etárias, promovendo o desenvolvimento infantil, a convivência comunitária e a valorização do espaço público.*

Por outro lado, considerando que a responsabilidade pela instalação e manutenção dos equipamentos no ***Jardim Municipal Carlos Cabral,*** *que são da competência da Câmara Municipal da Mealhada, esta Assembleia devia pronunciar-se sobre esta matéria, apresentando uma recomendação ao Executivo Municipal, visando a adoção das medidas necessárias à resolução desta situação****, exigindo a criação de um novo parque infantil****.*

Tal recomendação assume particular relevância num contexto em que se verifica uma crescente utilização deste espaço por crianças e famílias, sendo amplamente

reconhecidos os benefícios da atividade física, do recreio e do contacto com a natureza para o desenvolvimento infantil e para a saúde da população.

Proposta de Transferência de Recursos para a Freguesia

A atual proposta de transferência de recursos para a Freguesia para o ano de 2027, decorre da transferência de competências previstas na Lei e prevê um aumento global de 4%, à semelhança de anos anteriores, excetuando o ano em que o respetivo aumento foi de 5%.

A transferência de competências em questão foi sempre "negociada" desde 2022, até ao presente ano, pelo executivo da anterior Junta.

*O valor atribuído inicialmente, no montante de **42.643,00**€, repartido pelos itens: **espaços públicos** 34.043,00€; **Pré-Escola da Lagarteira** 100,00€; **Parque de estacionamento do Mercado** 500,00€, **Jardim Municipal** 6.000,00€ e **Papeleiras + espaços ecopontos** 2.000,00€ (omitindo limpeza de I.S. públicas), estes dois últimos valores, continuam, no nosso entender, manifestamente injustos face a valores atribuídos, comparativamente, por exemplo, com os valores atribuídos nos mesmos itens, à freguesia de Luso, a saber:*

*- **Jardins Municipais** (Pampilhosa 6.000,00€ – Luso 16.000,00€, sendo que a área total do Jardim da Pampilhosa é superior à de Luso), diferença fácil de comprovar através do google earth ou google maps.*

*- **I.S. Públicas, Papeleiras e Espaços Ecopontos** (Pampilhosa 2.000,00€ - Luso 14.000,00€) diferença fácil de comprovar por contagem física.*

*Nestes valores, encontramos uma diferença no ano de 2023 de **22.000,00**€, agravada pelos aumentos percentuais anuais, que para 2027, se cifra em **25.662,38€**. Para além do mais, foi incluído na transferência de competências para o Jardim Municipal, o item, "**Campo de Futebol da Pampilhosa**", com um recurso financeiro de 500,00€, o que representa um aumento significativo da área à responsabilidade da Freguesia, considerando o rácio (**área/financiamento**).*

*Para além da flagrante injustiça, as obrigações constantes do Anexo II do Auto de Transferência de Recursos para a Freguesia – **Normas e procedimentos técnicos e Caracterização específica das intervenções** - são impraticáveis face aos valores*

*"negociados", como facilmente se comprova, no estado atual do **Jardim Municipal Carlos Cabral**, que apenas se restringe ao longo dos anos (depois de saída do jardineiro que estava a tempo inteiro), ao corte da relva não se procedendo ao cumprimento integral das **obrigações constantes do Anexo II.***

*Deixo esta nota para reflexão e eventual acionamento da **cláusula 4ª** do Auto de Transferência de Recursos para a Freguesia.*

Disse,

Obrigado!"

----- Seguidamente, o cidadão Fernando Ferreira usou da palavra e da qual também solicitou a transcrição: ----------

"Exmos Senhores

Na última Reunião do Executivo Municipal, foi aprovada a proposta de transferência de recursos para as freguesias, com actualização de valores para o ano de 2027.

É minha convicção de que a passagem da responsabilidade da manutenção e limpeza do Jardim Público Carlos Cabral, para a Junta de Freguesia da Pampilhosa, é um processo que precisava de alguns ajustes.

Em setembro de 2022, foram aprovados os valores para o ano de 2023. Para a limpeza do Jardim da Pampilhosa (6.000,00€), para o Jardim do Lago do Luso (16.000,00€), para o Parque dos Moinhos do Lograssol (6.000,00€) e para o Jardim do Parque Via Romana (5.003,17€).

Após conhecer a diferenciação dos valores aprovados, questionei a Câmara Municipal através de email (29.09.2022), sobre quais os critérios objetivos, que tiveram por base a diferenciação nos valores atribuídos, nomeadamente à Junta de Freguesia de Luso e de Pampilhosa, para a gestão, manutenção e limpeza do Jardim do Lago no Luso e Jardim Público na Pampilhosa, tendo obtido a seguinte resposta "Em relação aos critérios de atribuição de valores monetários, os mesmos foram em função da dimensão dos espaços verdes e sua dificuldade de execução.

Desconheço em rigor a totalidade das respetivas áreas, contudo e de acordo com recurso ao Google Earth, verifiquei que o Jardim da Pampilhosa possui cerca de 2,5 ha, o Jardim do Lago do Luso, possui menos de 2 ha, o Parque do Lograssol, tem menos de 1 ha, sendo

que o Jardim do Parque Via Romana, tem uma área aproximada a 1 ha. Por conseguinte o argumento da dimensão dos espaços, não tem qualquer fundamento.

Inicialmente, os valores para os locais acima mencionados, foram discriminados em separado, o que não acontece atualmente, diria para esconder a injustiça que foi feita à Freguesia da Pampilhosa, porque a cada ano que passa as diferenças aumentam.

Tomando por base os valores aprovados e acima referidos, para o ano de 2023, diria que os valores para o ano de 2027, considerando os aumentos aprovados, serão: aproximadamente 7.086,00€ para o Jardim da Pampilhosa e Parque do Lograssol, 5.910,00€ para o Parque da Via Romana e cerca 18.900,00€, para o Jardim do Lago do Luso. Em quatro anos, o valor aumentou cerca de 3 mil euros para o Jardim do Lago do Luso e pouco mais de mil euros para o Jardim da Pampilhosa.

O problema não está nos aumentos aprovados, está nos valores inicialmente atribuídos e que na minha opinião, desfavorecem bastante a Freguesia de Pampilhosa.

A cada ano que passa, a injustiça aumenta.

Não é o valor atribuído para a manutenção e limpeza do espaço adjacente ao Lago do Luso que está mal, o que está menos bem, foi o valor atribuído à Junta de Freguesia da Pampilhosa, para assumir a responsabilidade da manutenção e limpeza do Jardim Público da Pampilhosa.

Sobre o Auto de Transferência de Recursos para as Freguesias, diria que o mesmo é fantástico. Encontra-se no domínio da perfeição, só que a realidade demostra que o mesmo não é exequível, nomeadamente alguns dos itens previstos no anexo II.

Deste anexo II, e a título de exemplo, destaco dois pontos na caracterização específica das intervenções, primeiro o que consta para os espaços pedonais e de estacionamento: limpeza, no mínimo semanal, dos espaços pedonais e de estacionamento, incluindo material vegetal e inorgânico, corte regular da zona relvada, aplicação de herbicidas sazonalmente (de acordo com as condicionantes legais). Em segundo lugar e para as áreas de relva: corte periódico da relva com reciclagem, arejamento e escarificação do relvado, sacha e monda de canteiros, controlo químico ou físico de infestantes da relva, tratamentos fitossanitários (profiláticos ou curativos), aplicação de fertilizantes adequados para o desenvolvimento do relvado, ressementeira se necessário.

Não creio que as Juntas de Freguesia, consigam cumprir cabalmente as normas e os procedimentos técnicos aí listados.

Sobre a transferência de competências, colocava duas questões à Sra. Presidente da Junta. Primeiro se tem condições de cumprir na íntegra todas as normas técnicas e procedimentos elencados e a segunda que diligências em concreto realizou, tendo em vista o reforço significativo do valor atribuído à Junta de Freguesia, para manutenção e limpeza do Jardim?

O segundo assunto que hoje pretendo abordar, prende-se com a poluição do Rio Cértoma e coletores da rede pública de águas residuais urbanas.

Existe um problema com tais equipamentos na freguesia.

No início de dezembro de 2025, apercebi-me que existiam poços/caixas de visita sem tampa e a despejar parte das águas residuais (com dejetos, detergentes, óleos e tudo o resto que se possa imaginar e que é colocado na rede de saneamento), num terreno ao lado do Jardim. Pensava eu, que as águas do saneamento tinham como único destino a Etar da Mealhada. Puro engano, muitas águas residuais acabaram por ficar em terrenos da Pampilhosa e outras acabaram no Rio Cértoma.

Ao longo destes seis meses, identifiquei vários locais que apresentam problemas, tendo-os comunicado à CMM, com conhecimento à Junta de Freguesia.

Nesta área há efetivamente muito trabalho a fazer e a responsabilidade é coletiva, todavia a responsabilidade por fazer a conceção, construção e exploração da rede pública de saneamento de águas residuais urbanas, bem como mantê-la em bom estado de funcionamento e conservação, é exclusiva da Entidade Gestora (CMM).

Dos princípios de gestão a que deve obedecer a prestação do serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, destaco o princípio da proteção da saúde pública e do ambiente.

Apesar de não ter conhecimentos técnicos/outros que me permitam concluir de que existe risco para a saúde pública, ele parece-me evidente. Sobre o meio ambiente, não tenho quaisquer dúvidas que a situação é grave, não só pelas lamas que se foram acumulando em tais terrenos, mas essencialmente pelas águas residuais que saíram dos poços de visita e acabaram por ir parar ao Rio Cértoma e aos lençóis freáticos

Apesar dos alertas e pedidos de intervenção que tenho feito e de que a Sr.ª Presidente da Junta é testemunha, pouco tem sido feito.

É certo que os problemas não são de hoje, que o dimensionamento dos coletores, não será o ideal para a atualidade, que não tem havido investimento nestas infraestruturas na freguesia, mas também é verdade que a monitorização é deficiente e que é preciso fazer mais e sobretudo melhor.

Relativamente a este assunto, o que pretendo é alertar e sensibilizar todos os eleitos locais para este problema que na minha opinião é grave. Sendo V. Ex.ªs os representantes do povo, inteirem-se do que está em causa e exijam a sua resolução."

-----Em resposta às questões colocadas nas intervenções, a Srª Presidente Andreia Morgado adiantou que tudo o que foi proferido são compromissos da sua presidência e referiu que concorda com o Sr. Mário Rui relativamente ao tema da segurança manifestou compromisso de contactar os serviços camarários, apesar de ser um assunto que já tem sido debatido em executivo. Em relação aos valores da transferência de competências, adiantou que o valor proposto pelo Sr. Presidente da Câmara foi de 4% para todas as freguesias, tendo em conta a inflação de 2%; recorda que o valor não é suficiente, tendo em conta a área atribuída, e que a grande maioria das freguesias também não concorda com os valores, mas são os possíveis. Quanto às questões colocadas pelo Sr. Fernando Ferreira, a Srª Presidente manifesta as dificuldades que têm em manter a Vila o mais limpa possível tendo em conta os poucos recursos humanos e financeiros, mas que estão a fazer os possíveis e os impossíveis relativamente ao tema, inclusive tendo recorrido à OFA para alguns trabalhos. Quanto à colocação de produtos fitofarmacêuticos, uma vez que os funcionários não estão credenciados para essa prática, o executivo está a verificar se conseguem junto de alguma empresa para essa aplicação ou se o Município pode dispor de essa autorização para aplicação e armazenamento. ----------

----------**Período antes da ordem do dia**----------

----- A eleita pelo Mais e Melhor Movimento Independente, Emiliana Palmela, pediu a palavra para expor várias questões e da sua intervenção solicitou a transcrição:

"Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhores Membros da Mesa, Senhora Presidente da Junta e demais elementos do Executivo, Senhores Deputados da Assembleia, Caros cidadãos aqui presentes e os que nos acompanham através da transmissão online, muito boa noite.

O Mais e Melhor – Movimento Independente gostaria de colocar ao Executivo da Junta de Freguesia um conjunto de questões e observações relativas à atividade desenvolvida e a diversos assuntos que consideramos relevantes para o acompanhamento da gestão da nossa freguesia.

Relativamente ao documento denominado "Informação da Presidente", entendemos que o mesmo deverá ser redigido na terceira pessoa e apresentado enquanto documento institucional da Junta de Freguesia e não numa perspetiva pessoal, reforçando assim o caráter oficial da informação prestada a esta Assembleia.

Na informação prestada é referido que estão a ser efetuadas intervenções nos caminhos vicinais que apresentam maiores necessidades. Neste sentido, gostaríamos de saber concretamente quais os caminhos intervencionados, quais os critérios utilizados para a definição das prioridades e se existe um plano de manutenção ou calendarização para os restantes caminhos da freguesia.

Relativamente aos cemitérios, registamos a referência aos trabalhos realizados em diversas sepulturas afetadas pelas condições meteorológicas adversas verificadas durante o inverno. Contudo, verificamos que os cemitérios continuam a apresentar uma quantidade significativa de ervas e vegetação espontânea nos caminhos entre sepulturas, situação que tem sido alvo de observações por parte de vários cidadãos. Assim, questionamos o executivo sobre os motivos pelos quais não foi efetuada a limpeza desses espaços e se existe previsão para a sua realização. Ainda no âmbito dos cemitérios, consideramos importante que seja efetuada a identificação das sepulturas através da colocação de placas numéricas, facilitando a sua localização por familiares, visitantes e pelos próprios serviços da Junta de Freguesia, contribuindo para uma melhor organização e gestão daqueles espaços.

Relativamente à reunião realizada com a DST e com a Infraestruturas de Portugal, agradecemos que seja prestada informação mais detalhada sobre os assuntos

abordados. Em concreto, gostaríamos de saber quais as obras em causa, qual o ponto de situação de cada uma delas, quais os respetivos prazos de execução e que impactos poderão ter para a população da Pampilhosa.

Na informação prestada pelo executivo é referido que foi sugerida aos Bombeiros Voluntários a manutenção e verificação das bocas de incêndio. Esta referência suscita-nos algumas dúvidas, uma vez que temos conhecimento de que existe uma calendarização regular de verificação e manutenção destes equipamentos por parte dos Bombeiros. Nesse sentido, gostaríamos de perceber o motivo desta sugestão e se foi identificada alguma situação concreta que justificasse essa preocupação.

No âmbito da análise financeira realizada, verificámos a existência de diversos pagamentos efetuados à empresa Eletropampilho. Contudo, na Ata n.º 2 do mandato 2025-2029, datada de 30 de dezembro de 2025, consta uma deliberação referente à cessação da aquisição de materiais. Neste contexto, solicitamos esclarecimentos relativamente à natureza dos pagamentos efetuados e de que forma os mesmos se enquadram na deliberação anteriormente aprovada.

Aproveitamos ainda para solicitar o envio da Norma de Controlo Interno da Freguesia. Consideramos que este documento, pela sua relevância ao nível da transparência administrativa e dos procedimentos de gestão e controlo financeiro, deveria ser dado a conhecer aos membros desta Assembleia e apresentado numa próxima sessão.

Relativamente ao GIR, tivemos conhecimento que foi assinado, no passado dia 24 de fevereiro de 2026, o contrato para a conclusão das obras deste equipamento, estando previsto o início dos trabalhos para o dia 24 de março de 2026 e conclusão a 24 de agosto de 2026. No entanto, entendemos que a Junta de Freguesia não deverá assumir funções de acompanhamento privilegiado da atividade daquela entidade. Se tal não acontece com outras instituições da freguesia, como por exemplo no que se refere à Cooperativa da Rádio Pampilhosa na qual o executivo já afirmou que não se pronunciará relativamente ao problema, consideramos que deverá existir igualdade de tratamento institucional entre todas as associações e entidades locais.

Ainda no domínio do associativismo, verificámos com agrado a participação de associações da freguesia nas apresentações culturais da FAG, nomeadamente da

Filarmónica Pampilhosense, do GEDEPOS e da Meia Lua. Contudo, constatámos que não existiu qualquer associação da freguesia representada no espaço das tasquinhas gastronómicas. Atendendo ao importante papel que o movimento associativo desempenha na Pampilhosa, gostaríamos de saber se o Executivo tem conhecimento dos motivos que levaram à ausência de participação das associações da freguesia nesta componente do certame e se foram desenvolvidos contactos ou diligências nesse sentido.

Relativamente ao terreno destinado ao futuro parque de estacionamento do cemitério novo, temos observado a deposição de terras sobre os cepos existentes no local. Assim, pretendemos saber qual a proveniência dessas terras, se foram realizadas análises que comprovem a sua conformidade e solicitamos acesso às respetivas guias de transporte.

Aproveitamos ainda para solicitar esclarecimentos sobre o destino dado aos resíduos, entulho e demais materiais que anteriormente se encontravam depositados naquele terreno. Recordamos que a remoção desses materiais para o estaleiro municipal já havia sido solicitada à Câmara Municipal pelo anterior Executivo. Da mesma forma, a remoção dos cepos existentes no local também tinha sido objeto de pedido junto da Câmara Municipal. Neste sentido, pretendemos saber quais as diligências efetuadas, qual o destino final dos materiais removidos e se existe registo documental das operações realizadas.

Relembramos igualmente que a Urbanização do Alto de Santo António não se encontra abrangida pelas competências transferidas para a Junta de Freguesia, pelo que importa esclarecer que as intervenções de limpeza e manutenção daquele espaço não são da responsabilidade da Junta de Freguesia.

Quanto à situação verificada na habitação da Senhora Ana Lobão, queremos registar e enaltecer a rápida intervenção do Senhor Vereador Nuno Veiga e da funcionária Fausta, que prontamente se disponibilizaram para resolver o problema após terem tomado conhecimento da ocorrência. No entanto, importa salientar que, apesar de a situação ter sido previamente comunicada ao Executivo, não foi realizada qualquer intervenção, tendo sido justificado que existiam outras prioridades. Consideramos, contudo, que se tratava de uma situação de saúde pública, pelo que entendemos que deveria ter sido alvo de uma intervenção imediata. Reconhecemos, ainda assim, a importância da

resposta que acabou por ser dada pela Camara Municipal da Mealhada. Consideramos que esta atuação imediata foi particularmente relevante, atendendo a que a situação em causa estava relacionada com uma questão de saúde pública.

Relativamente à estrada da Rua da Soprem, que estabelece ligação ao cemitério novo, entendemos que deverá ser realizada uma intervenção com carácter prioritário, uma vez que o pavimento se encontra bastante degradado, podendo provocar danos nas viaturas e comprometer as condições de segurança rodoviária.

Por último, gostaríamos de obter informação sobre o ponto de situação do projeto relativo à Rua do Rio de Cima, que assegura a ligação à Urbanização da Gândara. Consideramos importante que a população seja informada sobre o estado de desenvolvimento do projeto, eventuais condicionantes existentes e previsão para a sua concretização.

Gostaríamos ainda de deixar registadas algumas situações que nos têm sido transmitidas pela população e que entendemos merecer atenção por parte do executivo. Em primeiro lugar, consideramos importante avaliar a possibilidade de reforçar os pontos de energia elétrica no Jardim Público Carlos Cabral. A existência de mais pontos de alimentação elétrica poderá facilitar a realização de atividades culturais, recreativas e associativas naquele espaço, valorizando a utilização daquele espaço pela comunidade.

Entendemos igualmente que deverá ser considerada uma intervenção no pavimento da Rua do Limarinho, cujo estado de conservação apresenta algumas deficiências que justificam avaliação e eventual reparação.

Relativamente à limpeza urbana, continuamos a verificar situações que merecem atenção, designadamente na zona da Pampilhosa Alta, em particular em algumas ruas onde se verifica acumulação de vegetação e falta de manutenção dos espaços públicos, nomeadamente no espaço exterior da antiga escola primária. Consideramos igualmente que, após os trabalhos de corte de ervas e vegetação infestante, deverá ser equacionada a aplicação de métodos adequados de controlo da vegetação legalmente permitidos e adequados para o efeito, de modo a prolongar os resultados das intervenções realizadas e reduzir a rápida proliferação de vegetação.

Relativamente às fontes existentes na freguesia, importa referir que o anterior Executivo desenvolveu um trabalho que consideramos exemplar ao nível da sua limpeza e manutenção regular, contribuindo para a preservação destes elementos que fazem parte do património e identidade da Pampilhosa. Contudo, verificamos que, nos últimos meses, não tem sido dada continuidade a esse trabalho com a mesma regularidade. Neste sentido, gostaríamos de questionar o Executivo sobre qual o plano de manutenção atualmente previsto para as fontes da freguesia, qual a periodicidade das intervenções programadas e de que forma será assegurada a preservação e valorização destes espaços.

Relativamente à Travessa da Rua do Luso, tivemos conhecimento de que, durante os períodos de precipitação mais intensa, algumas habitações sem ligação à rede de saneamento enfrentaram constrangimentos significativos. Gostaríamos de saber se esta situação é do conhecimento do executivo e se já foram ou serão efetuadas diligências junto das entidades competentes para a sua resolução.

Por último, voltamos a chamar a atenção para a necessidade de proceder à pintura dos muros do cemitério velho. Trata-se de uma situação que já foi mencionada na última Assembleia de Freguesia e, passados cerca de dois meses, verificamos que a intervenção continua por realizar. Consideramos que esta obra deveria ser executada com brevidade, aproveitando as condições meteorológicas favoráveis da época de verão, mais adequadas para este tipo de trabalhos. Caso a intervenção continue a ser adiada, corremos o risco de entrar novamente no período de outono e inverno, marcado por maior pluviosidade, o que poderá dificultar a sua realização e contribuir para a degradação progressiva dos muros.

Sugerimos ainda que seja ponderada a realização das reuniões do Executivo e das sessões da Assembleia de Freguesia em horário pós-laboral, de forma a promover uma maior participação dos membros eleitos e da população em geral. Entendemos que a adaptação do horário poderá contribuir para reforçar a proximidade com os cidadãos, facilitar a presença de mais interessados e melhorar as condições de acompanhamento dos trabalhos autárquicos.

Aguardamos os esclarecimentos do Executivo relativamente às questões apresentadas e solicitamos que a presente intervenção seja transcrita integralmente em ata."

-----A Srª Presidente Andreia Morgado em resposta e esta intervenção, informa que juntamente com a responsável da Proteção Civil tem andado a fazer o levantamento dos problemas nos caminhos vicinais para melhor poder atuar e resolver. Quanto às limpezas nos cemitérios estão a decorrer apesar de ser difícil face aos parcos recursos humanos. Em relação à reunião com a IP, foi para tentar perceber em que ponto estão as obras da linha. Quanto às aquisições à empresa Electropampilho, Lda, reforçamos a informação que foi referida no Memorando – as compras foram autorizadas pela Presidente e tendo em conta a sua urgência, apesar de se considerarem que os valores são residuais. Quanto à reunião com o GIR, uma vez que esta associação usufrui de dinheiros públicos e de apoio da Junta de Freguesia, mostramos interesse em tentar perceber em que ponto estão as obras. Quanto à colocação de terras elas foram retiradas da Rua da Gândara e colocadas no caminho perto da Urb. Alto de Stº António (caminho de tráz da Serra), por autorização do executivo. Esclareceu ainda que relativamente à limpeza na Urb. Alto de Stº António, não está abrangida pelas competências, contudo as ervas estavam demasiado altas e após alguns comentários nas redes sociais, o executivo tomou a iniciativa de limpar os passeios, mas tratou-se de uma situação pontual. Acresce esclarecer que a situação da intervenção de limpeza numa habitação particular, os colaboradores da Junta de freguesia andaram lá por mais do que uma vez e que a Srª Presidente solicitou ajuda camarária para a remoção dos imensos lixos ali existentes, pois a Junta de freguesia não tem camiões para o efeito. Quanto à estrada que vai para a Soprem, ela foi remediada, tapando os buracos, mas apenas poderá ser devidamente intervencionada quando terminarem os trabalhos na linha. Quanto à energia elétrica no Jardim Carlos Cabral, há necessidade de aferir a capacidade do quadro elétrico com os serviços camarários para que possa ser melhorada. Quanto âs limpezas em vários sítios da Vila, há um plano que está elaborado e tentamos seguir, apesar de percebermos que nem sempre o conseguimos cumprir tendo em conta as necessidades urgentes. Os muros do cemitério Velho irão ser intervencionados em setembro. A representatividade

da Junta de Freguesia na FAG não aconteceu por não haver da parte associações da freguesia disponibilidade para estar presente. ----------

-----O presidente da Mesa da Assembleia, na qualidade de membro da AD-Fazer Acontecer questionou para quando a conclusão da obra do estacionamento do Cemitério Velho, que está inacabada e que não cumpre com as regras de segurança; e se há alguma informação passível de ser partilhada sobre a requalificação da Baixa.

-----Seguidamente a Srª Presidente solicitou ao Sr. Secretário Diogo Bastos que passasse a ler uns votos de reconhecimento a alguns jovens que se destacaram neste ano e que se irão anexar a esta ata, a saber:

Sara Margarida Lopes dos Santos pelo seu percurso pessoal e académico

Maria Helena Valença Ferreira pelo seu prémio e pelo seu percurso

Gonçalo Moura da Costa pelo seu prémio e pelo seu percurso

Inês Cristina Dinis pelo seu prémio e pelo seu percurso

Estes votos de reconhecimento foram colocados a votação e aprovados por unanimidade. ----------

----------**Período da ordem do dia**----------

ponto um - Votação para aprovação da ata da sessão anterior: A ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos presentes dessa sessão anterior, não se manifestando Mário Gaspar por ter sido substituído por Solange Pereira. ----------

ponto dois – Apreciação da informação da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e respetiva situação financeira referente ao período de um de 1 de abril a 31 de maio. ----------

ponto três – Análise e Votação da Proposta de Transferência de Recursos para a Freguesia para o ano 2027. Não havendo questões sobre este ponto, o mesmo foi posto a votação, o qual foi aprovado com 4 abstenções do Mais e Melhor Movimento Independente e com 5 votos a favor, 4 do PS e 1 da AD-Fazer Acontecer. O elemento do Mais e Melhor Movimento Independente José Manuel Figueiredo pediu a palavra para fazer uma declaração de voto e da qual solicitou a transcrição integral:

"Consideramos que a apreciação desta matéria deverá ocorrer apenas após a realização da Assembleia Municipal agendada para o próximo dia 25 de junho, uma vez que é esse

o órgão competente para se pronunciar previamente sobre a proposta em causa. A antecipação desta votação pela Assembleia de Freguesia poderá conduzir à apreciação de um documento que ainda não foi objeto de deliberação final pelos órgãos municipais, criando incerteza quanto ao conteúdo definitivo da proposta. Entendemos que uma decisão desta natureza, pelas implicações financeiras, operacionais e administrativas que poderá ter para a Freguesia, deve ser tomada com base em informação completa e devidamente validada. Só dessa forma estarão reunidas as condições necessárias para uma análise rigorosa e devidamente fundamentada por parte dos membros desta Assembleia. Por outro lado, caso a Assembleia Municipal venha a introduzir alterações à proposta atualmente conhecida, a deliberação tomada nesta Assembleia poderá revelar-se desajustada relativamente ao documento final aprovado, o que poderá obrigar a nova apreciação da temática. Acresce que, da análise efetuada ao Anexo I, verificamos que a designação "Campo de Futebol da Pampilhosa" não nos parece corresponder corretamente ao equipamento em causa, devendo ser substituída por "Campo de Jogos do Jardim Carlos Cabral". Solicitamos, por isso, esclarecimento sobre esta identificação e, caso se confirme tratar-se de um lapso, a respetiva correção no documento. Solicitamos ainda o acesso ao quadro comparativo relativo às restantes freguesias do concelho, por forma a permitir uma análise completa. Assim, consideramos que a salvaguarda da qualidade da decisão, o respeito pela sequência lógica do processo deliberativo e a garantia de que todos dispõem da informação necessária somos do parecer que este assunto só deveria ser votado após a realização da assembleia municipal. Pedíamos transcrição integral desta intervenção em ata. -------

----- Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião pelas vinte horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----------

----- A Mesa da Assembleia de Freguesia de Pampilhosa, ----------

Presidente: _____

Primeiro Secretário: _____

Segunda Secretária: _____